



ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Ricardo José Lima Bezerra¹

Resumo

Neste texto apresentamos a importância da Educação das Relações Étnico-Raciais, enfatizando o estudo da História e da Cultura Indígenas, para a formação de professores em Licenciatura em História. A partir de determinações legais e culturais, procuramos caracterizar que o estudo desta temática contribui para a formação docente na luta contra os preconceitos étnicos ainda presentes na História escolar. Como resultado dessa discussão, propomos, ao final, contribuições a serem implementadas ou ampliadas nos cursos de História como estratégias para melhorar a formação docente em temáticas étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. História e Cultura Indígenas. Formação de Professores. Licenciatura em História.

STUDY OF INDIGENOUS HISTORY AND CULTURE: SOME CONTRIBUTIONS TO LICENSEE IN HISTORY

Abstract

In this text we present the importance of the Education of Ethnic-Racial Relations, emphasizing the study of Indigenous History and Culture, for the training of teachers in Degree in History. Based on legal and cultural determinations, we seek to characterize that the study of this theme contributes to teacher education in

¹ Doutor em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP.

the struggle against ethnic prejudices still present in school history. As a result of this discussion, we propose, in the end, contributions to be implemented or expanded in History courses as strategies to improve teacher training in ethnic-racial issues.

Keywords: Ethnic-Racial Relations Education. Indigenous History and Culture. Teacher Training. Degree in History.

ESTUDIO DE LA HISTORIA Y CULTURA INDÍGENAS: ALGUNAS CONTRIBUCIONES PARA LA FORMACIÓN EN LICENCIATURA EN HISTORIA

Resumen

En este texto presentamos la importancia de la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales, enfatizando el estudio de la Historia y la Cultura Indígenas, para la formación de profesores en Licenciatura en Historia. A partir de determinaciones legales y culturales, procuramos caracterizar que el estudio de esta temática contribuye a la formación docente en la lucha contra los prejuicios étnicos aún presentes en la Historia escolar. Como resultado de esta discusión, proponemos, al final, contribuciones a ser implementadas o ampliadas en los cursos de Historia como estrategias para mejorar la formación docente en temas étnico-raciales.

Palabras claves: Educación de las Relaciones Étnico-Raciales. Historia y Cultura Indígenas. Formación de profesores. Licenciatura en Historia.

1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação do professor de História para atuar na educação básica, no Brasil, ocorre em universidades ou em faculdades integradas ou isoladas. Essas Instituições de Educação Superior (IES) procuram oferecer cursos de Licenciatura em História que visem à integralização de uma estrutura curricular determinada, buscando contribuir para o atendimento das demandas e necessidades da atuação docente em História, em especial, na educação básica.

Nesse sentido, compreendendo que existem diferentes desafios à prática docente, a formação em Licenciatura em História depara-se, entre outras demandas, com o debate e a

exigência em torno da temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais e suas implicações formativas para o ensino de História nos espaços escolares. Como parte integrante dessa discussão, ressalta-se a dimensão do estudo dos diversos aspectos sociais, históricos e culturais das populações indígenas brasileiras que habitaram/habitam o território nacional, diante da necessidade premente em reconhecer que a formação histórico do nosso país é multiétnica e culturalmente complexa e diversificada.

Neste texto, portanto, procuraremos apresentar, a seguir, algumas razões que justificam e esclarecem a necessidade de inserção do estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas brasileiros na formação do professor de História, primeiramente com base em determinantes legais, e, em seguida, procurando ressaltar a importância desta temática para a compreensão da diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira. Nosso intuito, neste sentido, é contribuir para uma formação docente mais densa e complexa, em busca da superação de preconceitos, estereótipos e visões enviesadas a respeito das populações indígenas. Discutindo caminhos transformadores da realidade formativa de professores em História para a educação escolar com relação à temática indígena. Ao final, apresentamos, algumas propostas que as Instituições de Educação Superior e os Cursos de Licenciatura nesta área possam implementar em seus currículos, concepções e práticas pedagógicas que contribuam para a vivência de processos formativos, enfatizando a necessidade e a importância do estudo da História e Cultura Indígenas na Licenciatura em História.

2 ORIENTAÇÕES LEGAIS PARA O ESTUDO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Já na Constituição Federal Brasileira encontra-se positivado a necessidade de estudar a diversidade étnica e cultural formativa da sociedade brasileira através do conhecimento da história do Brasil, quando prescreve no Art. 242, parágrafo 1º que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 2015, p. 70). Ainda no texto constitucional (Art. 215), a diversidade cultural da sociedade brasileira deve ser garantida pelo Estado, ao qual caberá “a proteção, a valorização e a difusão das diversas manifestações culturais que contribuíram para o processo civilizatório nacional” (BRASIL, 2015, p. 64-65).

Iniciativas mais efetivas, com implicações na educação brasileira, visando implementar esses dispositivos constitucionais acima, foram tomadas com mudanças no texto da Lei nº. 9394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ocorridas em 2003, 2004 e em 2008. Essas mudanças alteraram artigos e parágrafos da LDB, buscando a inclusão e a valorização da temática multiétnica e cultural na educação escolar, resultante das pressões exercidas pelos movimentos sociais negro e indígena, que desde o início dos anos 1980, incrementaram suas lutas contra o racismo, a marginalização e diversas práticas de exclusão. A exposição apresentada por Fonseca (2009), a seguir, explicita que esses dispositivos legais buscam introduzir na escola e, em especial, no ensino da História, o reconhecimento do percurso histórico e cultural trilhado pelas populações negras, afrodescendentes e indígenas brasileiras:

No interior desse movimento, em 2003 foi sancionada pelo presidente da República a Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, determinando a obrigatoriedade, no currículo da rede de ensino, da inclusão da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ e outras providências. Em 2004, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana [...] Essas proposições provocaram alterações na Lei Federal nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, com o acréscimo de dois artigos que se referem ao ensino de História, conforme descrito anteriormente. **O artigo ‘26-A’ trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África e Afro-Brasileira, e define ‘o que ensinar’, ‘o conteúdo programático’, ‘resgatando’ a importância do estudo da luta dos africanos e afro-brasileiros, da História e da cultura desses povos [...]** A Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, trouxe novas alterações na LDB e modificou a Lei Federal nº 10.639, determinando a obrigatoriedade da **inclusão dos estudos da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos ensino fundamental e médio, públicos e privados** (FONSECA, 2009, p. 31-35, grifo nosso).

Esses dispositivos legais instituídos pelo Estado brasileiro, nos últimos anos, reforçam a emergência de condições pedagógicas, materiais e institucionais para a implementação da temática das relações étnico-raciais e, por conseguinte, das questões histórico-culturais indígenas, no processo de formação de professores de História na licenciatura. Desta feita, atinente a essas determinações legais, a formação do professor de História poderá estar mais

apta para algumas demandas específicas da educação escolar em sintonia com a realidade cultural e a sociodiversidade brasileira.

Embora os determinantes legais sinalizem a necessidade e a relevância do estudo da Educação das Relações Étnico-Raciais e, em especial, da temática da História e Cultura indígena, procurando responder à inclusão dessa temática nos currículos da Licenciatura em História, outros fatores, de caráter sociais e culturais também se constituem em imperativos necessários para as mudanças a serem implementadas na formação docente em Licenciatura em História. Sobre esses fatores abordamos a seguir.

3 DEMANDAS SOCIAIS E CULTURAIS E A IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na educação básica brasileira podemos encontrar visões e representações sobre as populações indígenas quase sempre incompletas, quando não preconceituosas, estereotipadas e/ou desqualificadoras da sua importância e diversidade sociocultural. De acordo com Funari e Piñón (2011, p.8) é possível constatar que,

A escola, ao longo da história do Brasil, tem cristalizado determinadas imagens sobre os índios que ‘fazem a cabeça’ dos cidadãos presentes e futuros. Com isso acabam favorecendo a exclusão ou, pelo menos o esmaecimento da presença indígena na sociedade e na cultura brasileiras.

No ensino escolar de História, a partir das representações dos professores desta área e, sobretudo, do discurso veiculado nos livros didáticos em geral (BITTENCOURT, 2013), tem-se a impressão que as populações indígenas pertencem apenas ao passado brasileiro longínquo, quando são frequentemente enfatizadas apenas a presença indígena na América antes dos europeus e o momento do “descobrimento” do Brasil” ocorrido em 1500. Ressaltando essas características, Silva (2015) afirma que:

A partir da chegada dos portugueses ao continente americano, os indígenas ‘desaparecem’, e os alunos não fazem a mínima ideia do que teria ocorrido nos séculos seguintes com os diferentes grupos (bem como com seus descendentes) que habitavam as terras que viriam a se tornar o território brasileiro (SILVA, 2015, p. 21).

A maioria das sociedades indígenas aparece no discurso da história escolar sob dois enfoques. De um lado, os indígenas são considerados primitivos, atrasados, vivem nus, habitavam ocas, são todos adoradores de Tupã, em muitos casos antropófagos e concentram-se na região amazônica do país. Ou, então, por outro lado, são identificados com uma visão romaneada do “bom selvagem”, ingênuo e puro, modelo para a construção de uma sociedade pacífica e mais justa.

Tão forte quanto essas representações estereotipadas e superficiais, sobre os indígenas com relação ao passado, tem sido a ideia que as populações indígenas “desapareceram” da sociedade brasileira na atualidade. Para muitos professores de história, e estudantes da educação básica, os índios brasileiros estão extintos, ou em vias de extinção, pois numericamente seriam pouco representativos na população brasileira, e, portanto, os poucos que restaram estariam “aculturados”, pois vivem nos arredores de algumas cidades, usam celulares e se vestem como os “brancos” (SILVA, 2015).

Bittencourt (2013) acredita que a visão/produção acadêmica de muitos historiadores tem contribuído para a ignorância a respeito da temática indígena no processo formativo e, conseqüentemente, na atuação destes docentes em História na educação básica, já que,

A negação pela maioria dos historiadores em reconhecer os indígenas como povos históricos tem sido uma marca da produção historiográfica no Brasil, fortemente calcada no eurocentrismo, e esta tendência se apresenta nos livros dos diferentes níveis escolares [...] As dificuldades dos professores que pretendem cumprir a Lei 11.645/08 resultam, como eles mesmos têm afirmado, da ausência de uma formação que possa garantir um ensino calcado nas reflexões acadêmicas porque, afinal, tanto professores quanto historiadores e autores de livros didáticos escolares são responsáveis pela aplicação da Lei (BITTENCOURT, 2013, p. 131-132).

Muitos professores da educação básica, devido, portanto, a essas deficiências discriminadas acima, propagam representações nas quais os grupos indígenas que vivem na atualidade devam ser fisicamente e/ou culturalmente iguais aos seus antepassados no momento do encontro com os europeus, séculos atrás.

Isso demonstra que ainda impera na sociedade brasileira um desconhecimento sobre as populações indígenas em seus vários aspectos constitutivos, mesmo esses grupos estando presentes em várias partes do país na atualidade, pois,

A respeito das sociedades nativas na atualidade, sabe-se que pertencem a diferentes famílias e troncos linguísticos e formam um contingente populacional de quase 900 mil indivíduos autodeclarados, de acordo com o último censo realizado no país, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 (SILVA, 2015, p. 22).

Além dessa dimensão numérica expressiva, e em ascensão, importa frisar que culturalmente esses grupos indígenas falam mais de 180 línguas distribuídas em quase 300 sociedades, que ocupam mais de 13% do território nacional. É bem verdade que a maioria dessas sociedades se concentra na região amazônica, no entanto, são bastante representativas as comunidades indígenas no Centro-Sul e no Nordeste brasileiro. Segundo Dantas (2015), cerca de 233 mil pessoas se autodeclararam índios no Nordeste, de acordo com dados recentes do IBGE, o que corresponde a quase 26% de toda a população indígena brasileira, visto que,

Essa situação se explica, principalmente, devido ao aumento do número de indivíduos que se reconhecem como indígenas e que assim são identificados pelo grupo no qual estão inseridos. Esse crescimento demográfico em pleno século XXI contrasta com o discurso sobre o desaparecimento da população indígena no Nordeste, construído em finais do século XIX (DANTAS, 2015, p. 81).

A expressividade das populações indígenas também ocorre em Pernambuco, por exemplo, na atualidade, demonstrando a diversidade cultural e a importância demográfica dessas comunidades. São mais de 40 mil pessoas que se autodeclararam indígenas, distribuídos entre os Fulniô, os Xucuru do Ourubá, os Kapinawá, os KambiwáPipipã, os Pankará, os Atikum, os Tuxá, os Pankararu, os Truká e os Pankawiká, localizados em diferentes municípios das regiões do Agreste e Sertão pernambucano.

Todo esse cenário descrito acima só reforça a existência de uma diversidade étnico-cultural entre as próprias populações indígenas e como elas estão presentes na contemporaneidade social, cultural e espacial brasileira. A presença dessas populações indígenas tem contribuído para uma maior organização social dessas comunidades na busca pelo fortalecimento do movimento indígena, que através de mobilizações e fóruns de discussão, tem procurado intensificar o reconhecimento étnico, a luta pela demarcação das suas terras tradicionais e a defesa dos seus direitos e garantias constitucionais. A mobilização

indígena também tem demandado do Estado, e, por conseguinte, da sociedade brasileira, políticas públicas de valorização étnico-cultural e o atendimento de necessidades sociais de saúde, educação, conservação e promoção cultural diferenciadas.

As sociedades indígenas compõem culturas complexas, dinâmicas, diversas, que pela trajetória histórica percorrida e pela sociodiversidade apresentada oferecem um amplo aspectos de temáticas a serem abordadas para a formação do professor de História, visando aprofundar não só o conhecimento sobre essas sociedades, como contribuir para a sua inclusão e participação na vida social e política brasileira. A educação escolar pode fomentar um espaço de conhecimento e valorização das questões indígenas que estimulem a convivência e a colaboração entre populações e culturas índias e não-índias. Evidentemente, a educação escolar, e o ensino de história especificamente, não são os únicos responsáveis pelas visões parciais, incompletas e descontextuais sobre as populações indígenas. Outros vetores sociais e culturais, disseminando suas visões e representações de mundo, contribuem nesse processo.

O historiador Edson Hely Silva (2009), por exemplo, nos lembra que o desconhecimento generalizado que campeia na sociedade sobre as populações indígenas brasileiras tem diferentes vertentes culturais e históricas, manifestadas desde a imagem veiculada pela mídia sobre os índios, passando pela literatura, indo até as imagens apresentadas nas universidades e escolas em geral:

O desconhecimento sobre a situação atual dos povos indígenas está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio genérico com um biotipo formado por características correspondentes aos indivíduos de povos nativos habitantes na Região Amazônica e no Xingu, com cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores de florestas, de culturas exóticas, etc. Ou também imortalizados pela literatura romântica produzida no século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais [...]. Ainda nas universidades, de um modo geral, o índio é lembrado, a fora o primeiro momento do 'Descobrimento' em 1500, no início da Colonização. E nas escolas, no rosário das datas comemorativas, quando no 'Dia do Índio' comumente as crianças, das primeiras séries do Ensino Fundamental, são enfeitadas e pintadas à semelhança de indígenas que habitam os Estados Unidos, e estimulados a reproduzirem seus gritos de guerra (SILVA, 2009, p. 1).

Assim, diante da variedade e das possibilidades de promoção, reconhecimento, valorização e compreensão do estudo da História e Cultura Indígenas, procuramos, a seguir, apontar algumas contribuições para a formação docente em História, desejando intensificar estratégias educacionais e sociais que contribuam para o fortalecimento de uma educação escolar étnico-racial. Buscando promover, através dessa discussão, o respeito ao multiculturalismo, às diferenças sociais e étnicas na consolidação da sociedade brasileira, e, sobretudo, contribuir para mudanças significativas nas práticas pedagógicas e nas concepções e atuações docentes com relação à temática indígena na educação básica.

4 CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA

Consideramos oportuno propor algumas ações e estratégias a serem empregadas na Licenciatura em História que possam contribuir para a formação docente, estimulando e desenvolvendo o conhecimento e o debate sobre práticas pedagógicas a respeito da Educação das Relações Étnico-Raciais e em especial, da História e Cultura Indígenas na / para a educação básica.

Ressaltamos, primeiramente, que em muitos casos, a formação inicial do professor vivenciada na atualidade não oferece preparo adequado para lidar com novos componentes curriculares e metodológicos, como a temática das relações étnico-raciais.

Os futuros professores e professoras [...] devem estar preparados para entender as transformações que vão surgindo nos diferentes campos e para ser receptivos e abertos a concepções pluralistas, capazes de adequar suas atuações às necessidades dos alunos e alunas em cada época e contexto (IMBERNÓN, 2010, p. 64).

No currículo da história escolar, a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais é recente, fruto de uma ampliação dos direitos civis e sociais dos afrodescendentes e indígenas brasileiros, reflexo este, por sua vez das mobilizações e das reivindicações desses grupos sociais por maior participação política e reconhecimento de suas nuances históricas, identitárias e culturais, há várias décadas. De forma que, como na observação de Imbernón (2010), cresce a necessidade de formar professores, e neste caso de docentes em História, condizentes com o enfrentamento de novas demandas e questões sociais e culturais que

envolvem e perpassam a realidade escolar, e como tal, do ensino de novas e emergentes temáticas curriculares, como são as questões indígenas em nossa época.

Essa formação, que confere o conhecimento profissional básico, deve permitir trabalhar em uma educação do futuro, o que torna necessário repensar tanto os conteúdos da formação como as metodologias com que estes são transmitidos (IMBERNÓN, 2010, p. 65).

A temática da História e Cultura Indígenas no ensino de história escolar insere-se nesta mudança curricular e pedagógica imposta por essa “educação do futuro”, como nos alerta Imbernón (2010). Os cursos de Licenciatura em História, dessa forma, assumem um papel determinante na preparação docente para a atuação profissional para esta temática, refletindo, assim, as exigências de novos currículos para a profissionalização dos futuros professores de História. Acreditamos que a discussão e a inclusão das temáticas étnico-raciais e, em especial, da questão indígena na formação de professores de História instrumentalizaria esse profissional docente à percepção das ideologias e estereótipos disseminados pela mídia e pelos diferentes materiais didáticos disponíveis, e, dessa forma, poderá contribuir para “desmitificar valores particulares que os currículos escolares e os discurso sociais tentam tornar gerais ou hegemônicos” (DUPRET; VIEIRA, 2013, p. 51).

Apontar contribuições para essa formação docente em História, contudo, não é tarefa fácil. A partir das pesquisas e da experiência de alguns professores / pesquisadores na denominada Nova História Indígena e a relação desta com a formação e prática pedagógica de professores de História na / para a educação básica (SILVA, 2009; SILVA, 2015; OLIVEIRA e FREIRE, 2006; WITTMANN, 2015; FUNARI e PIÑÓN, 2011; SILVA e GRUPIONI, 1995), bem como a partir das Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais advindas da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (BRASIL, 2010), sugerimos algumas possibilidades, as quais apresentamos a seguir:

a) As Instituições de Educação Superior (IES) procurando responder aos desafios que se apresentam para a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir da aplicação da legislação em vigor no país para a formação de educadores, neste momento, podem buscar combater todas as formas de racismo, preconceitos e segregação, constituindo e aplicando ações

afirmativas na área educacional para valorizar as histórias e as culturas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, e, neste sentido, deve haver a necessidade constante de implementar

Estratégias educacionais que visem a uma pedagogia antirracista e em defesa à diversidade – promotora da igualdade racial – como tarefa de todos(as) os(as) educadores(as) independente do seu pertencimento étnico-racial (BRASIL, 2010, p. 123).

b) Os cursos de Licenciatura em História podem procurar experimentar a reelaboração das suas estruturas curriculares, tanto nas atividades especificamente acadêmicas (disciplinas, módulos, estágios supervisionados, etc.) quanto nas atividades específicas, que complementam a formação docente (seminários, simpósios, encontros pedagógicos, cursos de extensão, visitas técnicas, etc.), aprofundando o tratamento das temáticas étnico-raciais e, em especial, das questões indígenas no processo de formação inicial dos docentes em História.

c) As IES poderão procurar qualificar seus docentes atuantes na Licenciatura em História – e, nas demais Licenciaturas também, como processo formativo eminentemente universitário – para o conhecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais, estimulando leituras, discussões e produções sobre esta temática, incentivando práticas pedagógicas afirmativas e socialmente equalizadoras. A orientação pedagógica e a formação continuada em serviço - através de seminários, *workshops*, oficinas didáticas, entre outras - ofertada para os docentes de Licenciatura em História, poderá contribuir fundamentalmente para o conhecimento e o exercício das temáticas étnico-raciais e, em especial, da História e Cultura Indígena na formação de professores de História para a atuação no ensino fundamental e médio.

d) Os currículos acadêmicos em Licenciatura em História ainda são muito eurocêntricos, enfatizando componentes disciplinares que abordam, predominantemente, as estruturas político-sociais europeias e sua constituição, consolidação e contribuição para o desenvolvimento de outras regiões da Terra (PEREIRA; FERREIRA, 2013). A história da humanidade ainda é, genericamente, oferecida na formação dos professores desta área de conhecimento, como uma narrativa da Europa formadora do restante do mundo. A inclusão disciplinar do estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas nos currículos da Licenciatura

em História, com conteúdos, procedimentos, metodologias e técnicas, de forma científica e pedagógica, além de responder aos ditames estabelecidos pela recente legislação educacional brasileira sobre a questão, poderá contribuir bastante, para a formação docente em História aprofundando os conhecimentos e práticas específicas de valorização e desenvolvimento desta temática, superando a tendência recorrente de estruturas curriculares fundamentadas especialmente em uma história europeizada.

e) Os cursos de Licenciatura em História nem sempre são capazes de produzir materiais didáticos para a vivência das suas atividades disciplinares. No entanto, estimular a produção desses materiais específicos para a temática da Educação das Relações Étnico-Raciais e, em especial, das questões indígenas poderia ser uma prática recorrente das IES como contribuição ao incremento para a formação em Licenciatura em História. Embora ainda pouco expressivos, identificar distribuir e incentivar recursos didáticos específicos, disponibilizando também o acesso destes materiais para todos os estudantes e para a comunidade do entorno na instituição, sob orientação e supervisão pedagógica dos docentes, pode contribuir para o desenvolvimento do estudo das questões étnico-raciais.

f) A formação continuada e a qualificação docente nestas temáticas étnico-raciais, por vezes, encontram-se fora da IES de atuação do professor da Licenciatura em História. Por isso, “estimular e apoiar professores/as que possuam interesse em aprofundar, através de cursos de pós-graduação, os estudos os povos indígenas” (SILVA, 2009, p.1) constitui-se em uma estratégia exitosa, fomentadora de práticas inovadoras e aprofundamento teórico-metodológico para superar o desconhecimento e as visões estereotipadas sobre as populações indígenas na formação de educadores em História.

g) Ainda como estratégia metodológica para ampliar as possibilidades formativas dos futuros docentes, os cursos de Licenciatura em História poderiam promover intercâmbios entre os indígenas e os estudantes de graduação, através de visitas às comunidades indígenas, assim como da vinda dos índios às IES, para palestras, conferências, aulas temáticas, entre outras atividades.

h) Por fim, propomos enfatizar, em todas as disciplinas curriculares e atividades da Licenciatura em História, discussões pautadas na diversidade cultural, étnica, espacial e

social, reafirmando e ressaltando os direitos e garantias constitucionais dos povos indígenas como estratégia formativa para a defesa do Brasil como um país multicultural, pluriétnico e socialmente diverso.

5 PONTUANDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que muitos aspectos da estrutura pedagógica, curricular e didática das Licenciaturas em História poderão ser implementados, aperfeiçoados, transformados ou incluídas para fomentar o estudo e a superação dos problemas que envolvem a Educação para as Relações Étnico-Raciais e a temática indígena neste processo de formação profissional, haja vista que,

A introdução da história dos povos indígenas nas salas de aula, nas perspectivas da Lei 11.645/08, tem uma perspectiva de renovação que abrange mudanças epistemológicas, mas também de debates sobre o tema dos preconceitos étnico-raciais (BITTENCOURT, 2013, p. 132).

O atendimento ao que determina a legislação educacional confere respeito à ordem instituída, pois o cumprimento da lei é fundamento de uma sociedade igualitária e democrática, que reconhece também às demandas dos movimentos sociais. No entanto, percebemos que isso só não basta. Mais do que atendimento à legalidade, abordar na Licenciatura em História a temática indígena atende às novas orientações historiográficas advindas de pesquisas acadêmicas recentes, como também oferece novas possibilidades didático-pedagógicas aos licenciandos em formação para a atuação na educação básica, em um sociedade etnicamente diversa e plural.

Legalidade, novas abordagens historiográficas, orientações e práticas pedagógicas inovadoras para a atuação docente e pressão da sociedade civil, tudo isso, de fato, é mais que relevante, é urgente. Todavia, abordar esta temática no processo de formação docente, apesar de difícil e complexo, é apresentar, demonstrar e repercutir o protagonismo indígena na constituição da cultura e da sociedade brasileira, para além do que é apenas justo, inovador ou socialmente responsável:

Hoje, em conjunturas favoráveis, tanto do ponto de vista político (propiciado pelos movimentos indígenas e pelos direitos garantidos com a Constituição de 1988),

quanto intelectual (propiciado pelas novas abordagens teóricas e conceituais da história e da antropologia), inúmeros grupos indígenas reaparecem no cenário político e na história do Brasil. [...] Há ainda muitas histórias de índios para se escrever e contar e há, principalmente, muito a repensar sobre as histórias regionais e do Brasil, quando se reconhece os índios como sujeitos dos processos nos quais se inserem (ALMEIDA, 2010, p. 159-160).

Enfim, sempre considerando as diversas possibilidades formativas na/da/para a Licenciatura em História, a tomada de consciência da importância do estudo da História e Cultura Indígenas – expressa em mudanças curriculares e didáticas para tal – consiste em uma contribuição educacional significativa na superação dos preconceitos, racismos e de toda a forma de segregação racial, ainda presentes na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memória e esquecimentos**. In: Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Identidades indígenas no Nordeste**. In: WITTMANN, LuisaTombini (orga.). Ensino (d)e História Indígena. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.81-115.

DUPRET, Leila; VIEIRA, Clarice. **Lei 10.639/03 e formação de profissionais da educação: práticas pedagógicas, construções subjetivas e impactos de mercado**. In: CARVALHO, Carlos Roberto de; NOGUERA, Renato; SALES, Sandra Regina (orgs.). Relações Étnico-

Raciais e Educação: contextos, práticas e pesquisas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR/UFRJ, 2013. p. 49-62.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: forma-se para a mudança e a incerteza. 8ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola**: subsídios para professores. São Paulo: Contexto, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar história**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED; Museu Nacional, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araújo; FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. **A disciplina História e a lei 10.639/03: reflexões sobre experiências com ensino de história e cultura afro-brasileiras na UFRJ**. In: CARVALHO, Carlos Roberto de; NOGUERA, Renato; SALES, Sandra Regina (orgs.). *Relações Étnico-Raciais e Educação: contextos, práticas e pesquisas*. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR/UFRJ, 2013. p. 63-74.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. (orgs.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília, MEC; MARI; USP, 1995.

SILVA, Edson Hely. **Os povos indígenas na sala de aula**. Recife: Blog Gominhos de História, 2009. Disponível em: <<http://gominhosdehistoria.blogspot.com.br/2009/03/os-povos-indigenas-em-sala-de-aula.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

SILVA, Giovani José da. **Ensino de História Indígena**. In: WITTMANN, Luisa Tombini (orga.). *Ensino (d)e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 21-46.

WITTMANN, Luisa Tombini (orga.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.